



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12126 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

ESTUDO DE CASO NAS PESQUISAS EM POLÍTICA EDUCACIONAL... OU DO QUE DEVERIA SER!

Anderson Gonçalves Costa - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Ana Lucia Felix dos Santos - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco

ESTUDO DE CASO NAS PESQUISAS EM POLÍTICA EDUCACIONAL... OU DO QUE DEVERIA SER!

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em política educacional é uma atividade teórica-analítica dedicada a investigar a ação do Estado no setor da educação, assim como os agentes de implementação das políticas, constituindo-se por desafios de ordens diversas, desde a definição dos objetos de estudo, das epistemologias que os fundamentam até o caminho que proporcionará a abordagem da realidade, ou seja, os fundamentos metodológicos. De certo, a aproximação com os fundamentos e as estratégias metodológicas é processo complexo, envolve escolhas, refinamento, articulação com a epistemologia mobilizada, elementos dos quais não se pode prescindir, haja vista que metodologias frágeis comprometem a investigação e, conseqüentemente, a construção do conhecimento.

A metodologia da pesquisa tem sido uma preocupação constante, sobretudo quanto a necessidade de rigor científico atrelado aos referenciais teóricos do campo, isso porque teoria e metodologia são conceitos inseparáveis. A história da pesquisa em educação no Brasil permite observar que tanto as teorias como as metodologias utilizadas nas investigações foram se diversificando desde os anos 1930, acompanhadas também pela diversificação das temáticas de estudos, mas num quadro de certos modismos que representaram problemas na construção das pesquisas (GATTI, 2001). A partir dos anos 1980, “a qualidade da produção

vai se revelar muito desigual quanto ao seu embasamento ou elaboração teórica e quanto à utilização de certos procedimentos de coleta de dados e de análise” (GATTI, 2001, p. 69), realidade da qual o campo ainda não conseguiu escapar.

Os métodos e as técnicas da pesquisa em educação – como a Análise de Conteúdo (AC) e o Estudo de Caso (doravante EC) – têm sido operacionalizados sem que haja domínio técnico e teórico por parte daqueles que os utilizam, levando a pesquisas pouco esclarecedoras. Essa realidade acompanha os estudos em política educacional, problemática que necessita ser enfrentada desde uma perspectiva formativa. Concorde-se aqui que, uma estratégia útil é conhecer as lacunas e fragilidades observadas nas pesquisas para superação dos limites metodológicos.

Por esta razão, este ensaio tem como objetivo discutir o EC como metodologia da pesquisa em política educacional a partir das fragilidades observadas em estudos do campo, tendo por base produções acadêmicas indicadas na bibliografia de uma componente curricular em um Programa de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste. O mote dessa reflexão é a constatação de que há uma tendência em relativizar o EC como metodologia, afrouxando seus procedimentos e o reduzindo a técnicas que, embora sejam dele constituintes, não o representam em totalidade.

Para atender ao objetivo, o escrito, além desta introdução e das considerações finais, conta com outras duas seções. Na seção que se segue, discute-se o EC como metodologia de pesquisa, procurando apresentar suas principais características, para, na sequência, apresentar as tendências em pesquisas de EC no campo da política educacional.

2 ESTUDO DE CASO COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

O EC tem sido bastante anunciado em pesquisas sobre política educacional, no entanto, entre o anúncio e a concretização metodológica, há questões de natureza operacional que precisam ser observadas, o que não é possível sem que se conheça os fundamentos do EC como metodologia de pesquisa. Desde o senso comum, o EC é considerado como a investigação de uma realidade, muitas vezes um *locus* como escolas ou municípios, porém, ainda que essa asserção seja verdadeira, falta-a um complemento, qual seja, a condição de que o EC deve ser constituído por um... *caso*. Por mais simples que seja, o *caso* do EC é sua razão de ser, pois é pela excepcionalidade da situação que os olhos do pesquisador se voltará para determinado *locus*.

A questão “o que é um estudo de caso?” acompanha os pesquisadores do campo da educação desde a graduação, que, limitados pela superficialidade das respostas, passam a utilizar o EC como metodologia chave, mesmo quando suas investigações não tratam de um caso, situação que, acredita-se, torna o EC um terreno de contestação, dado a variedade de estratégias em seus usos (YAZAN, 2016). A resposta de Gerring (2006) ao questionamento é esclarecedora quanto aquilo que constitui o EC, pois, para o autor, um *caso* diz respeito a um fenômeno espacialmente delimitado observado em um único ponto no tempo ou durante

algum tempo.

A condição de excepcionalidade antes mencionada, é enfatizada categoricamente por Gerring, para quem, o EC é uma investigação intensiva de um único caso ou de um conjunto de casos, embora quanto mais casos se tenham, menos intensa será a análise de cada um deles. A exaustividade de análise como componente do EC é também reforçada por Delgado (2019, p. 82) que o considera como um caminho que leva o pesquisador a construção do conhecimento a partir de “[...] atividades e procedimentos ordenados, sistemáticos e críticos, dotados de um sentido próprio a partir de um enquadramento teórico, onde se situam as preposições sobre como abordar o problema de investigação”.

Esta colocação lança luzes sobre o EC como processo ordenado, sistemático e crítico, portanto, com passos a serem considerados e seguidos. Ainda assim, apesar das estratégias que o constituem, o EC é conceitualizado por diferentes correntes teóricas que lhe atribuem certas especificidades, condição discutida por Yazan (2016) quando analisa as obras seminais de Robert Yin, Sharan Merriam e Robert Stake. Estes autores possuem concepções que ora se aproximam, ora se distanciam, isso porque mobilizam diferentes epistemologias: Yin assume uma tendência positivista; Merriam, construtivista; e Stake orienta-se pelo construtivismo e existencialismo. Estas opções têm implicações na forma em que o conhecimento é construído por meio do EC, pois, se numa perspectiva positivista defende-se a objetividade, a validade e a generalização, no construtivismo o pesquisador busca entender os significados da realidade analisada, interagindo com construções ou interpretações de outras pessoas a respeito do fenômeno estudado.

Os três autores, segundo Yazan (2016), recomendam a necessidade de contextualização do caso: em Yin trata-se da relação entre o fenômeno e o contexto de vida real; em Stake fala-se da característica holística do EC, que remete à ideia de Yin. Nesse sentido, não se pode separar o objeto estudado da realidade em que está imerso, considerando a interrelação entre fenômeno e contexto e a interação do pesquisador com o que se investiga, como proposto por Merriam.

Importa também destacar que a produção de dados remete à construção, interrelação entre o investigador e o objeto, o que requer múltiplas fontes que possam elucidar o fenômeno investigado. Em Yin e Merriam encontramos essa orientação: o primeiro apresenta três princípios (utilização de múltiplas fontes de evidência; banco de dados do EC; cadeia de evidências), enquanto a segunda trata de orientações mais extensas e abrangentes (entrevista; observação; análise de documentos). A análise desses dados deve estar ancorada na epistemologia do pesquisador, que pode recorrer a categorização de seu material como estratégia de análise. Aqui cabe a feliz colocação de Lüdke e André (2014), quando dizem que, na análise dos dados da pesquisa,

“É preciso dar o ‘salto’, como se diz vulgarmente, acrescentar algo ao já conhecido. Esse acréscimo pode significar desde um conjunto de proposições bem concatenadas e relacionadas que configuram uma nova

perspectiva teórica até o simples levantamento de novas questões e questionamentos que precisarão ser mais sistematicamente explorados em estudos futuros” (LÜDKE; ANDRÉ, 2014, p. 58).

A pouca exploração dos dados é uma fragilidade das pesquisas com EC, que, como relatado antes, devem prezar pela exaustividade. A ausência das características do EC em pesquisas em política educacional pode estar associada a uma cultura de manuais de pesquisa que tratam de maneira aligeirada sobre EC (BOGDAN; BIKLEN, 1994; GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2003). Embora não se questione aqui a legitimidade desses materiais e sua importância para o campo, reconhece-se que eles criam limitações na forma como pesquisadores iniciantes, e mesmo experientes, lidam com a metodologia de suas pesquisas.

3 PESQUISAS DE ESTUDO DE CASO EM POLÍTICA EDUCACIONAL

O EC é uma metodologia muito apropriada para a pesquisa em política educacional quando se propõe a entender a dinâmica da ação do Estado e a implementação das políticas pelos agentes educacionais em contextos em que há situações que podem aprofundar o conhecimento sobre temas de interesse do campo. De fato, muitos pesquisadores têm lançado mão do EC para investigar contextos específicos, no entanto, esta situação não tem ocorrido a contento do que se compreende como EC. O EC é muitas vezes anunciado de forma aligeirada, desconsiderando suas especificidades, o que leva com que muitos pesquisadores o confundam com outras estratégias de pesquisas, ou simplesmente reduzam seus procedimentos.

Sem pretender esgotar a discussão, e guardados os títulos e as autorias de publicações com “EC”, encontram-se na literatura da área investigações que anunciam um EC, mas que apresentam problemas que fragilizam tal metodologia. Antes de apresentar algumas características, cumpre chamar atenção para a falta de cuidado na definição das metodologias, pois, não raras vezes, o EC é utilizado como conceito solto, como se fosse a alternativa que restava quando da ausência de metodologias específicas. Além disso, observam-se pesquisas de EC que não apresentam *caso(s)*, problema do qual surgem os demais: são reduzidas ao campo empírico, estão dissociadas de outras estratégias, não empreendem a validação dos dados e apresentam poucas análises.

A principal fragilidade de pesquisas que anunciam o EC é a falta de um *caso*, ou seja, da delimitação e definição dos contornos de uma realidade cuja especificidade se busca investigar. Essa ausência tem relação com a simplificação do que é um EC, tendo os pesquisadores a sensação de que o estudo de qualquer *locus* é sinônimo de um caso. Essa primeira fragilidade tem estreita relação com a segunda característica observada, qual seja, a redução do EC ao campo empírico, de modo que o caso é associado a uma realidade como escola, município, política, sem que haja nesses *loci* algo que seja único. Assim, na medida em que as pesquisas se situam em contextos específicos, tem-se a falsa sensação de se ter ali um caso, mesmo que este não seja anunciado e construído na investigação.

Decorre dessas duas fragilidades o fato de que pesquisas com EC têm prescindido do uso de uma variedade de fontes de informação para construir suas pesquisas, limitando-se ao uso de entrevistas com atores envolvidos na realidade investigada, e, quando muito, associadas a investigação documental. Esse aspecto reduz a perspectiva do EC de caso, não permitindo avançar na construção do conhecimento.

A ideia de múltiplas fontes de evidências no EC é tributária de Yin (2015) quando defende que não só a entrevista constitui material útil, mas a observação, artefatos, imagens etc. Junto a estes limites, também são observadas (i) a inexistência da validação dos dados da pesquisa, seja ela submetida aos participantes envolvidos ou a constituição de pares que validem a categorização dos dados, por exemplo; bem como (ii) análises bastantes limitadas e que não consideram múltiplas fontes para tratar do caso em análise. A deficiência nas análises dos dados é uma problemática que supera o EC como metodologia, tendo relação com os fundamentos *epistemológicos* das investigações, realidade observada por Gatti (2001) quando constatou nas pesquisas da área da educação,

[...] observações casuísticas, sem parâmetros teóricos, a descrição do óbvio, a elaboração pobre de observações de campo conduzidas com precariedade, análises de conteúdo realizados sem metodologia clara, incapacidade de reconstrução do dado e de percepção crítica de vieses situacionais, desconhecimento no trato da história e de estórias, precariedade na documentação e na análise documental (GATTI, 2001, p. 75-76).

Assim, as fragilidades encontradas em pesquisas em política educacional que anunciam o EC como metodologia, são apenas algumas que, num primeiro momento, puderam ser aqui exploradas, mas que revelam que há um desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores na construção de suas pesquisas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio objetivou discutir o estudo de caso como metodologia da pesquisa em política educacional a partir das fragilidades em estudos do campo. Observou-se que o EC é tarefa complexa, que envolve procedimentos específicos que pouco têm sido agregados ao campo da política educacional. As fragilidades reveladas na utilização do EC permitem constatar o pouco conhecimento dos pesquisadores sobre esta metodologia, resultante de conceituações aligeiradas que pouco contribuem para desenhos robustos das pesquisas, mas também do escasso material traduzido para o português, principalmente de obras seminais.

Se o campo tem sido marcado por essas fragilidades, é bem verdade que os olhos precisam ser voltados para a formação dos pesquisadores, reforçando componentes curriculares sobre as epistemologias e metodologias da pesquisa, uma vez que essas categorias não podem ser trabalhadas de forma isolada, sob risco de fragilização, o que já se tem constituído na realidade. Portanto, a construção e avaliação do EC na pesquisa em política educacional só será satisfatória quando o campo encarar a formação metodológica como fundamento da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

DELGADO, P. O estudo de caso na investigação qualitativa: do desenho à aplicação. **Revista InterAção**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 81–90, 2019.

GATTI, B. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, p. 65-81, 2001.

GERRING, J. What Is a Case Study? The Problem of Definition. In: **Case Study Research: Principles and Practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 17-36.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: LTC, 2014.

YAZAN, B. Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 149-182, mai. 2016.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. São Paulo: Artmed Editora, 2015.